

NEOCONSERVADORISMO, ESTADO E VIGILÂNCIA*

Vânia Morales Sierra

Renato dos Santos Veloso

Ellen Cristina Pereira Zacarias

A vigilância é um pilar do pensamento social clássico e permanece sendo motivo de disputa política na definição do tipo de relação entre o Estado e a sociedade, em decorrência do seu impacto nas formas de sociabilidade criadas e desenvolvidas pelas instituições e mecanismos de controle. O controle social tem sido estudado com ênfase na capacidade de intervenção do Estado sobre grupos sociais específicos ou, de modo mais geral, sobre toda a população de um determinado território.

A expansão da burocracia para o seu exercício tem dividido posições acerca da relação autonomia-dependência, uma temática pertinente ao debate da formulação e implementação das políticas sociais. O acesso aos serviços, comumente ligado à cidadania, ainda que seja uma questão valorizada, não chega a ser consensual se a sua oferta deve ser privada ou estatal. Isso porque a questão é permeada por ideologias que se reatualizam, embora conservem o mesmo sentido. Assim, os liberais vão defender a mercadorização dos serviços deixando ao Estado os aparelhos repressivos; enquanto os marxistas vão relacionar a cidadania ao acesso universal às políticas sociais e à participação social na sua formulação e execução, defendendo a sua desmercadorização, acentuando com isso a responsabilidade do Estado.

Essa disputa tem sido feita com base nas ideologias que atendem aos interesses antagônicos de proprietários e trabalhadores. A negociação, neste conflito, ocorre no jogo político-democrático que pode tender para a direita ou para a esquerda, segundo a correlação de forças presentes. Em geral, nos processos de transformação da infraestrutura, as disputas se tornam mais acirradas, permitindo identificar a forma como os conflitos sociais articulam o econômico e o cultural. É nessa chave de interpretação que este artigo se propõe analisar o neoconservadorismo, considerando a reformulação que opera na vigilância e no exercício do controle social.

*DOI – 10.29388/978-65-86678-20-8-0-f.53-70

1- Vigilância e controle social na sociedade capitalista

A relação entre ideologia, vigilância e controle social pode ser compreendida a partir do mundo da produção. A divisão social do trabalho e a instituição da propriedade privada são processos que se realizam mediante a institucionalidade do Estado, construída sobre os fundamentos ideológicos que servem para conferir legitimidade à dominação. Acerca da importância das ideologias e dos aparelhos do Estado, conservadores, liberais e marxistas têm se posicionado defendendo ou criticando a sua estrutura classista, assegurada pelo monopólio do uso da violência. Ideologicamente, o pensamento liberal e o marxista são opostos, no entanto, possuem em comum uma base racional e moderna, fundada na Razão; diferente dos conservadores que extraem suas ideias da crítica ao iluminismo, sobrepondo a tradição, a religião e os valores da família nuclear patriarcal aos princípios racionais e abstratos que fundamentam e organizam o poder do Estado.

De um modo geral, os conservadores contestam o poder de intervenção do Estado sobre a sociedade, alegando que a família, as igrejas e os valores tradicionais devem ser centrais na manutenção da ordem. Contrários ao igualitarismo e a ideia de transformação social, reforçam a importância da preservação das identidades culturais no processo de integração social. Contestam o abstracionismo da razão e a concepção liberal de indivíduo pela ausência de consideração com os vínculos de pertencimento tradicionais. Valorizam as autoridades das instituições, reforçando a importância das hierarquias e da submissão às regras sociais. Entendem a sociedade como uma entidade moral superior, capaz de regular o comportamento dos indivíduos porque pode agir coercitivamente, caso não sigam as suas normas. Defendem que o principal problema do sujeito no mundo moderno é a formação da sua identidade pelo avanço do individualismo e a crise das autoridades, que não conseguem mais reproduzir os valores e normas tradicionais.

Os liberais se diferenciam dos conservadores pela ênfase que conferem ao direito, tido como principal meio de liberação de privilégios e hierarquias. Os direitos civis são valorizados como uma conquista da liberdade pela sociedade. Em nome da liberdade, os liberais contestam o poder de intervenção do Estado no mercado, reforçando a clássica divisão entre Estado e sociedade, embasada na ideia de proteção da propriedade privada. Nesta vertente, o exercício do controle encontra suporte no Código Penal e nos aparatos repressivos do Estado, comumente empregados contra toda e qualquer ameaça à propriedade. O cres-

cimento da capacidade administrativa do Estado também é criticado, porém o aumento do controle social é reivindicado em sua capacidade de garantia da ordem pelo exercício da repressão.

De modo geral, os liberais direcionam a vigilância para a classe trabalhadora no objetivo da sua adaptação às mudanças no capitalismo, fato que não ocorre na mesma intensidade com os proprietários. Com isso, fazem com que a força de punição do Estado esteja concentrada basicamente sobre os destituídos de propriedade, sendo sempre dois pesos e duas medidas na aplicação de suas regras. Isso porque a vigilância tem como principal objetivo a defesa da propriedade privada e, neste sentido, é exercida para conter, administrar, coagir, prevenir e punir todas as iniciativas políticas que possam surgir contra a reprodução da estrutura de desigualdade de classe. Daí o estigma que carregam os despossuídos de propriedade, alvos das ações de vigilância por representarem uma potencial ameaça ao capitalismo.

Contrários a estas vertentes, os marxistas denunciam as formas de vigilância e de controle social exercidas contra a classe trabalhadora pelo movimento progressivo de concentração e centralização do capital e do conseqüente aumento da desigualdade de classe. O Estado, como representante dos interesses da classe burguesa, concentra seu poder de coerção sobre a classe trabalhadora, realizando a articulação entre as necessidades de acumulação de capital com a capacidade do Estado de se ajustar e de fazer com que a classe trabalhadora se adapte as novas condições, seja por meio da implementação de políticas sociais, seja pela ação dos seus aparatos repressivos.

Neste sentido, são as transformações no mundo do trabalho que produzem as mudanças nas formas de vigilância e controle social, requerendo com isso a reformulação das políticas sociais. Como uma estratégia do Estado para responder ao conflito capital-trabalho, tais políticas fornecem uma base de sustentação às contradições que ameaçam romper a ordem social. Portanto, as transformações que operam decorrem de seu enclave com o trabalho, na medida em que permitem compatibilizar o aparato institucional com a acumulação do capital.

De certo modo, a vigilância se organiza e se expande com a emergência do capitalismo. É concebida como uma função central do Estado, exercida por meio de ações de prevenção, monitoramento e repressão, com objetivo de eliminar qualquer ameaça à acumulação de capital. Assim sendo, pode ter alcance geral, sem deixar de perder o seu caráter classista, e ainda que o Estado defina leis e normas para toda a população do território nacional, seu exercício se concentra sobre os despossuídos.

Em Marx, o controle sobre a classe trabalhadora se organiza pelo Estado, mas se exerce fundamentalmente nas relações de produção, e tem como objetivo central elevar ao máximo a mais-valia e o lucro. O capitalismo, à medida que inova com o avanço tecnológico, aumenta o controle sobre a produção, reduzindo a autonomia do trabalhador no processo de trabalho que se torna objetivo. O resultado é a elevação do grau de alienação e a subsunção real do trabalhador à produção. Assim sendo, o aumento da composição técnica do capital, ainda que possa elevar a produtividade e o consumo, acentua as contradições sociais visto que reduz a composição orgânica do capital. Um dos efeitos deste processo é o aumento do exército industrial de reserva e a redução dos salários ao nível mínimo. Significa que as inovações técnicas inseridas na produção elevam a produtividade, mas reduzem o preço do produto, porque é o trabalho (o tempo socialmente necessário) que mede o valor da mercadoria. O resultado é a disparidade entre a modernização tecnológica produzida na sociedade capitalista e a situação da maior parte da classe trabalhadora, forçada a sobreviver na pobreza e na miséria. Daí que a acumulação do capital, a fim de se tornar legal e legítima, precisa do Estado, que funciona como uma "máquina para opressão de uma classe por outra" (Marx, 1999:28), pois com desenvolvimento tecnológico e o conseqüente aprofundamento do antagonismo entre o capital e o trabalho, "o poder do Estado foi adquirindo cada vez mais o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho, de força pública organizada para a escravidão social, da máquina do despotismo de classe". (Idem, p. 85)

Essa identificação do Estado como máquina de opressão contra a classe trabalhadora é o cerne da vigilância e do controle social. Apesar das mudanças implantadas nas suas formas de execução, seus dispositivos guardam o mesmo sentido, pois não alteram a sua estrutura de classe. Em razão desta função essencial do Estado, os marxistas defendem a destruição dessa maquinaria (o Estado) pela eliminação das funções exercidas acima e contra a classe trabalhadora.

Lenin e Mandel pensaram o Estado destacando a sua função de vigilância e de controle pela repressão. Para Lenin, o Estado é "força armada", um poder público separado, indispensável à sociedade dividida em classe. Um poder que "compreende não só homens armados, como também elementos materiais, prisões e instituições coercivas de toda espécie, que a sociedade patriarcal (clã) não conheceu" (2009, p. 16). Mandel (1977) também identificou a vigilância com o Estado em decorrência da divisão de classes, considerando que o Estado se tornaria inútil e desapareceria caso não mais existisse esse tipo de desigualdade. Ao conceber o Estado como "organização cão-de-guarda" e "testemunha

da pobreza da sociedade”, Mandel conseguiu expor a concentração do poder do Estado contra a classe trabalhadora, exercida por meio do patrulhamento dos territórios de pobreza e da repressão aos conflitos de classe.

No capitalismo monopolista, Mandel (1982) reconhece a transformação na vigilância e no controle, que passam a ser feitos por meio de mecanismos capazes de garantir a separação entre a esfera pública e a esfera privada, podendo determinar também a limitação do direito de greve e de associação. Inclusive, a própria integração da classe trabalhadora, como consumidora, parceira social ou cidadã à sociedade capitalista é, por ele, concebida como um trabalho da maquinaria do Estado.

Na fase do capitalismo tardio, Mandel (1982, p. 332) constatou a mudança na ampliação das funções do Estado, criadas com a finalidade de torná-lo um “capitalista total ideal”. Neste sentido, a vigilância sobre a classe trabalhadora significava mais do que a dominação de classe, pois também passava a ser exercida a função de viabilizar a reprodução do capital, gerando as condições para a sua proteção, consolidação e expansão. Com isso, a legitimidade do Estado se colocava diante da possibilidade do exercício de certa autonomia, como, por exemplo, nos casos em que era autorizado a agir como mediador entre os diversos capitais individuais e as grandes corporações em nível nacional e internacional.

Desse modo, a vigilância e controle foram assumidos pelo Estado, a princípio pela polícia, mas depois ampliadas com as mudanças na relação entre produção e reprodução do capitalismo. Compreendem, portanto, um conjunto de ações executadas em razão do capital. As contribuições de Marx, assim como de Lenin e Mandel, têm sido fundamentais na compreensão do papel do Estado e dos instrumentos que utiliza na condução da economia. Além disso, nos permite reconhecer que, neste processo, se faz necessário reformular os mecanismos de vigilância e de controle social para que o processo de acumulação possa se desenvolver sem entraves. No entanto, ainda que estas contribuições sejam significativas acerca destas funções do Estado, tais abordagens não esclarecem suficientemente sobre a articulação entre a dimensão cultural e material no exercício do poder de vigilância e de controle.

Gramsci é quem vai tratar dessa questão, contribuindo para identificar a separação entre Estado, vigilância e controles social com base no conceito de hegemonia. De acordo com o seu pensamento, a hegemonia se efetua por meio dos aparelhos privados como a família, a escola, as organizações civis, etc, que legitimam a dominação. No interior dos aparelhos privados de hegemonia, as contradições engendradas pelo capitalismo geram disputas no nível da superes-

trutura. A obtenção do consenso pelo grupo ou classe que detém a direção moral ou intelectual da sociedade civil é resultado do trabalho das instituições, dos mecanismos e dispositivos de vigilância e controle social, exercidos tanto no interior, quanto no exterior do espaço de trabalho.

No pensamento de Gramsci, a hegemonia do capital ultrapassa as relações de produção e abarca todos os aparelhos privados de hegemonia, reordenando as formas de sociabilidade pelas transformações constantemente produzidas na cotidianidade. As estruturas do Estado se consolidam com a hegemonia da classe dominante, que, para se manter no poder, teve de admitir a participação da sociedade civil no processo político.

Em Gramsci, o Estado é “hegemonia encouraçada de coerção” (Gramsci, 2000, p. 244), logo tem função de vigilância e de controle social. Significa efetivamente que, se por um lado, o Estado se esforça para anular as formas de autonomia das classes subalternas, por outro, pode admitir a incorporação de algumas de suas reivindicações. Nessa disputa é que se empregam os diversos mecanismos de vigilância e de controle social, que podem tornar a dominação menos coercitiva, visando à garantia da sua hegemonia. Em Gramsci, as mudanças nos mecanismos de vigilância e de controle empregadas contra a classe trabalhadora, nascem na fábrica, mas extrapolam seus muros, passando a envolver também as disputas no interior dos aparelhos privados de hegemonia.

Nesta perspectiva, a organização das relações de produção é feita mediante a adoção de um conjunto de saberes, técnicas e procedimentos que garantem o controle da produção e do consumo. Gramsci destaca a relação entre produção e consumo de massa, entendendo que o fordismo implicou em um novo modo de vida. A interiorização de novos valores no conjunto dos trabalhadores produziu uma sociabilidade para além da fábrica, voltada aos objetivos da produção em massa (Pinto, 2012, p.141). Desse modo, a hegemonia passava a ser construída a partir de novas condições sociais e históricas, trazendo novas formas de coerção, adaptação e controle.

Tais mudanças são, portanto, decorrentes das transformações nas relações de produção, porém as formas de gestão da força de trabalho ultrapassam esse espaço, impactando na sociabilidade e, por conseguinte, nas modalidades de controle social.

Se há, portanto, uma clara necessidade do capital em transformar o trabalho humano em mercadoria e, como parte deste transcurso, engendrar sistemas eficientes de organizar e gerir o consumo daquela que é a rainha entre todas as mercadorias—a força de trabalho, cujo predicado é o de

gerar valor—, há, no entanto, paralelamente, uma necessidade vital de se conceberem determinadas formas de sociabilidade cujo fim é gerar um conjunto de hábitos e comportamentos que sejam complementares às necessidades da acumulação capitalista, amparando, assim, a racionalização do trabalho assalariado (Pinto, 2012, p.141).

Considerando que a vigilância compreende o exercício do poder político sobre a classe trabalhadora, a partir de dispositivos e mecanismos que empregam um conjunto de informações e dados, com objetivo de padronizar comportamentos, as mudanças no regime de acumulação não apenas incidem sobre o processo de trabalho, mas requerem também alterações nos padrões de vigilância.

De um modo geral, historicamente, os conflitos sociais para serem pacificados precisam ser institucionalizados. É nessa construção de uma institucionalidade burguesa, que a vigilância serve como mecanismo de regulação do poder político capaz de assegurar a hegemonia do capital. Administração, fragmentação e individualização dos conflitos de classe resultam não apenas do aprofundamento da divisão social do trabalho, pois compreende também as formas de intervenção do Estado efetuadas basicamente sobre dois eixos: o institucional e o territorial.

Vale destacar que é possível exercer vigilância sem que se tenha controle social, porém esse sempre vem acompanhado das ações de vigilância, muitas vezes se confundindo com ela. Neste sentido, um território pode ser estudado, examinado, vigiado, sem que seja considerada necessária alguma forma de intervenção no lugar. O controle social, no entanto, se dirige para a população de um território ou um grupo social específico, necessariamente.

Neste processo que reúne as ideologias propagadas pelos aparelhos privados de hegemonia é possível entender o modo como o Estado lida com as contradições do capitalismo, empregando seus mecanismos e dispositivos de vigilância e de controle social contra os grupos subalternos. Nas condições do capitalismo atual, as mudanças na produção têm sido determinantes nas transformações dos mecanismos de vigilância e de controle social, impactando na sociabilidade, afetando a institucionalidade da política.

No Brasil, a vigilância e o controle social se convertem em questões problemáticas na política, em grande parte em decorrência da insuficiência do Estado em exercer esse poder, conforme as regras e normas oficiais. Essa incapacidade faz do autoritarismo a sua expressão máxima, o que impede a democracia de funcionar regularmente. A questão remete à forma como o capitalis-

mo se reorganiza nas “diversas etapas do desenvolvimento do subdesenvolvimento” na periferia (Frank, 2005, p. 9), aprofundando a dependência dos países centrais, reproduzindo-se mediante a intensificação da exploração da classe trabalhadora. Nessas condições, as desigualdades sociais são multiplicadas, reforçando com isso a impressão da necessidade maior de vigilância e controle social, pelo potencial de irrupção que representa a classe trabalhadora.

Nos momentos de crise econômica, a vigilância e o controle social são reivindicados pela sociedade, mas diante da insuficiência da capacidade do Estado administrar a crise, são revigoradas as forças conservadoras que marcaram o autoritarismo da cultura nacional.

2 – O neoconservadorismo brasileiro e a reformulação da vigilância e do controle social

A origem do neoconservadorismo na política brasileira remonta aos anos de 1987 e 1988, na Constituinte, período de formação do Centrão (Sierra, 2019). Nessa época, 32 deputados formaram a bancada evangélica¹, que participou do Centrão e apoiou a eleição de Fernando Collor de Mello. Em 2003, os 60 representantes de vários partidos e igrejas formaram a Frente Parlamentar Evangélica.

De acordo com Cunha (2013), o tradicionalismo da Frente Parlamentar Evangélica

[...] trouxe para si o mandato da defesa da família e da moral cristã contra a plataforma dos movimentos feministas e de homossexuais, valendo-se de alianças até mesmo com parlamentares católicos tradicionalistas, diálogo impensável no campo eclesiástico (não paginado)

Configurava-se, portanto, a construção de um projeto com objetivos notadamente políticos, voltado a disputar a hegemonia pela direção normativa e

¹ Segundo Prandi e Santos (2017), a bancada evangélica se formou no final de 1986, sendo conservadora, sem ser ideológica e politicamente homogênea. Ela é definida como “um grupo suprapartidário, composto por congressistas ligados a diferentes igrejas evangélicas, tanto do ramo histórico ou de missão como do pentecostal e neopentecostal, que atuavam em conjunto para aprovar ou rejeitar a legislação de interesse religioso e pautar diversas discussões no parlamento brasileiro. Seu nome oficial é Frente Parlamentar Evangélica, mas essa frente é correntemente chamada de bancada evangélica pela mídia, pela literatura científica, pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) e por seus próprios membros”.(p. 187).

religiosa.

A bancada evangélica não teve crescimento progressivo, tendo até reduzido à metade do número de parlamentares, em 2006, quando se associou com a bancada da bala, passando, junto com a bancada ruralista, a engrossar a representação conservadora na política.

A bancada ruralista representa a permanência do conservadorismo na política brasileira. A sua influência na política perdura em razão da Constituição Federal de 1988 não ter rompido com a estrutura oligárquica que moldou a política brasileira desde os tempos da independência. Por conseguinte, o Estado brasileiro continuou “[...] sendo, nas últimas décadas, uma república oligárquica, avessa ao controle popular” (Leite, 2018:81).

De acordo com Leite (2018: 87), o governo Lula, visando criar condições de governabilidade, incluiu no seu governo a direita fisiológica, entregando cargos, gestão de recursos e parcelas de poder. As exportações dos produtos primários favoreceram o agronegócio e o grande capital financeiro, enquanto as políticas do governo expandiam o consumo ampliando a participação no mercado de milhares de pessoas antes marginalizadas (Idem, 87-88). A inclusão desses sujeitos não implicou em elevação da consciência e da cidadania, gerando pelo contrário o aumento do individualismo possessivo, do consumismo e das identidades religiosas conservadoras (Idem, 88).

O governo petista não foi passivo neste processo de fortalecimento dos evangélicos no poder. Em 2006, o partido dos trabalhadores determinou como uma de suas prioridades a busca do voto evangélico, e Lula também prometeu ampliar parcerias na área social do governo federal com as igrejas evangélicas (Mariano et al., 2006: 66). Além disso, neste mesmo ano, o ex-presidente concedeu emissoras de rádio e TV para igrejas e parlamentares evangélicos (Idem).

Em 2011, a pressão da bancada evangélica sobre o governo do PT se adensou e a presidente na época, Dilma Rousseff, chegou a vetar a distribuição de material educativo sobre diversidade sexual em escolas. Em fevereiro de 2012, o governo suspendeu a propaganda que estimulava o uso de preservativo entre jovens homossexuais. Dando continuidade a essa orientação, em 2013, a votação da PLC 122, que criminalizava a homofobia foi adiada e também foi suspensa a distribuição do material contra homofobia, elaborado pelo Ministério da Educação para distribuição nas escolas.

Os evangélicos forjaram o consenso a favor do neoliberalismo e fortaleceram a moral religiosa, que foi apropriada na política como uma força contra dos direitos humanos das minorias. Cunha (2013) destacou que os evangélicos

reforçaram na política a identificação dos gays como inimigo nacional, o “inimigo contra a religião e seus princípios, contra a Bíblia, contra Deus, contra o Brasil e as famílias”. Considerando que a mudança no Brasil deveria ser feita pela formação de uma nova ordem baseada na moral cristã, no neoliberalismo e no emprego severo das leis e das armas, os evangélicos revigoraram o fundamentalismo cristão e apoiaram a ofensiva do capital contra a classe trabalhadora. Ampliando a sua expressão com a formação da bancada da Bíblia, que tem incorporado também os católicos, os evangélicos se uniram a bancada ruralista e a bancada da bala, formando a base mais fiel de apoio ao governo neoconservador. Desse modo, os neoconservadores revigoraram o que é mais tradicional na política brasileira: a sua raiz no latifúndio, a sua força nos aparelhos repressivos e a sua moral cristã. Neste sentido, o neoconservadorismo avança com base na combinação entre o arcaico e o novo, sendo este último uma expressão da força política dos evangélicos:

Alianças do religioso com o não-religioso formando exércitos que marcham em defesa da moral e dos bons costumes – em defesa da família – não é algo novo no Brasil, mas é bastante novo no espaço político que envolve os evangélicos e suas conquistas na esfera pública. (Cunha, 2013, não paginado)

Nestes termos, o neoconservadorismo inova porque se distancia do modelo Europeu, e se aproxima do modelo político norte-americano, que associa a moral cristã evangélica com a defesa das armas². Desse modo, o que poderia parecer uma contradição exacerbada acaba se constituindo nos pilares do neoconservadorismo, visto que apresenta, em sua proposta, a religião como instrumento de integração social e o código penal como elemento de defesa da sociedade de livre mercado.

Desse modo, o neoconservadorismo serve perfeitamente ao atual estágio de acumulação, visto ter declinado a força das ideologias de esquerda, a capacidade de organização da classe trabalhadora pelos sindicatos e a quantidade de empregos, enquanto se acentuaram as críticas contra a biopolítica, que acabou admitindo o recuo do Estado nas políticas sociais. Não obstante, um novo desenho alinhado às normativas dos direitos humanos foi elaborado, provocando a reformulação institucional dessas políticas.

² Sobre o neoconservadorismo americano ver Ariel Finguerut. A influência do pensamento neoconservador na política externa de George W. Bush. Dissertação de Mestrado (Dissertação em Sociologia). Unesp de Araraquara. São Paulo, 2008

Todavia, enquanto a crise social se acentuava em decorrência do desemprego e da multiplicação de trabalhos precários, a sociedade buscava promover mudanças na cultura institucional mediante a produção de normas democráticas, que autorizavam a participação de organizações da sociedade civil na formulação e execução da política. A iniciativa desagradou aos conservadores, acostumados a manter as minorias distantes das decisões políticas.

A reação emerge com a ascensão do neoconservadorismo, expressando os interesses da extrema direita em manter na subalternidade todos os grupos sociais discriminados política e socialmente. Neste sentido, os neoconservadores oferecem um novo modelo de vigilância e de controle social que remete ao patriarcado. A política educacional é um de seus alvos principais. Iniciativas de valorização da abstinência sexual, combate ao aborto e ao reconhecimento do casamento gay, ou qualquer ação em favor das minorias são rechaçadas. A disputa neoconservadora não se concentra apenas sobre o econômico, mas se estabelece como disputa cultural.

O resultado é a dissociação entre a política social e a sua base nos direitos humanos, a qual ela vinha se expandindo na criação de estatutos, como da pessoa com deficiência, da criança e do adolescente, do idoso, da juventude etc. Impedir o avanço dessas políticas implica em destruir a institucionalidade democrática que, a despeito do avanço das políticas neoliberais, vinha sendo criada, de forma a desautorizar a omissão do Estado diante dos grupos estruturalmente subalternizados.

Neste sentido, o neoconservadorismo surge como reação à “Constituição Cidadã” de 1988, reunindo as forças políticas da direita que se sentiram prejudicadas pela sua orientação baseada nos direitos humanos. Como a direita se sentia envergonhada de assumir o seu projeto (Quadro e Madeira, 2018), ela precisou se fortalecer ideologicamente para garantir o seu quinhão no poder e foi encontrar essa base de apoio junto aos neoconservadores. A ideia de que qualquer coisa seria melhor que o governo petista deixa nítida essa intenção.

A associação do neoliberalismo com o neoconservadorismo constitui um fenômeno do mesmo movimento de acumulação do capital, em um contexto de hegemonia do capital financeiro. Nestas condições, nenhuma ideologia racional poderia ser levada adiante, muito menos aquela baseada na ética dos direitos humanos, que orienta os movimentos sociais. Daí o capital, visando manter a extrema concentração de renda, apesar do desemprego estrutural e do declínio das políticas sociais, precisar afundar os direitos humanos no caldo da moral neoconservadora, composta pela doutrina do velho testamento, defesa do livre mercado, intimidação e punição severa contra todos que representam

algum perigo à ordem liberal cristã.

Nesse esforço, a princípio empreendido pelas ideias do empreendedorismo sem alma dos neoliberais, os evangélicos fornecem o verniz ideológico do sujeito ético, honesto, homem de bem, em oposição ao vagabundo, à prostituta e a todos que não procuram “vencer pelo esforço próprio” e “pela fé em Deus”. Com isso, discriminam e culpabilizam os outros pelas crises políticas, sociais e econômicas, o que implica em forjar uma nova subjetividade na classe trabalhadora, reforçando os mecanismos de vigilância e de controle social pela apropriação política da religião.

No neoconservadorismo, a associação aparentemente estranha dos valores cristãos com as armas têm um claro significado. Trata-se da perspectiva neoconservadora alimentada pela religião, que está crescendo neste país, enquanto se restringem os direitos sociais. O neoconservadorismo nas ações de vigilância e de controle tem por efeito essa dualidade da realidade, compreendida como uma luta do bem contra o mal, na qual o bem se identifica com a moral cristã, branca e patriarcal, enquanto o mal representa tudo que se afasta disso, de modo que quanto mais distante pior. Trata-se de um recurso de controle, que vai adquirindo a conotação de uma pedagogia cristã.

Neste sentido, a inserção dos evangélicos na política não pode ser descartada da compreensão deste fenômeno, pois o neoconservadorismo não surge no momento do golpe de Dilma Rousseff, mas resulta de um movimento iniciado na Constituinte em 1987 com a formação da bancada evangélica, que foi se fortalecendo com seu crescimento e associação com a bancada rural e a bancada da bala, ou seja, já se encontrava no centro da disputa política, negociando, ocupando espaços e conseguindo marcar presença no Poder Legislativo, nas redes sociais e na mídia, pela divulgação de seus projetos e ideologia, defendidos expressivamente na performance dos políticos, que marcavam oposição às esquerdas e buscavam o respaldo das igrejas evangélicas, a sua base principal.

A reativação do pensamento conservador é estratégica, pois fornece uma ideologia de reforço ao projeto neoliberal servindo a sua intenção de massacrar os direitos da classe trabalhadora, destruindo todos os obstáculos constitucionais. O neoconservadorismo acompanha o avanço do neoliberalismo e se fortalece no movimento de radicalização política que sucedeu as crises políticas e econômicas do século XXI, principalmente a crise de 2008. A sua identificação com a ascensão da extrema direita é imediata, mesmo porque neoconservadores e neoliberais comungam do mesmo projeto de classe.

Em nome da moral tradicional e da reafirmação do cristianismo, o neoconservadorismo se apresentou como suporte e ao mesmo tempo como com-

bustível para o avanço da agenda de destruição dos direitos sociais e trabalhistas. Enfatizando as representações sociais mais do que sobre a construção de uma ideologia política própria, incitaram o ódio às esquerdas e às minorias sociais, consideradas culpadas pela crise, tida primeiramente como uma crise da moral social.

O recurso ao cristianismo no discurso neoconservador tem funcionado como uma estratégia política de legitimidade e também como apoio, visando tornar aceitáveis o autoritarismo e a intolerância em defesa da família e da propriedade. A difusão do medo nas narrativas da mídia, reforçada no discurso político neoconservador, tem envolvido os conflitos de classe numa ilusão ideológica do bem e da paz, por sua vez inalcançáveis sem justiça social.

O racismo, a xenofobia, a misoginia, a intolerância religiosa, a identificação das esquerdas como inimigas, constituem o seu repertório empregado contra as conquistas democráticas da Constituição Federal de 1988. Nesta perspectiva, o neoconservadorismo e o neoliberalismo são antidemocráticos e, separadamente, enfrentariam inúmeras resistências na política para implementar seus projetos, tanto pelo questionamento acerca da legalidade, quanto da legitimidade. Contudo, associados, ambos conseguem tomar vigor, sendo o neoconservadorismo mais eficaz que o neoliberalismo na condução das medidas anti-populares, em razão do modo como emprega a sua ideologia.

Como tem o cunho religioso, fundamentalista, os neoconservadores do Brasil se chocam diretamente com os direitos humanos e, com isso, procuram alterar os fundamentos da vigilância e do controle social, para que atuem em proveito do capital. O ataque neoconservador aos direitos humanos tem conseguido liberar os entraves institucionais da agenda neoliberal, destruindo os direitos sociais, trabalhistas e de minorias.

O neoconservadorismo brasileiro traz, portanto, os elementos de uma base cristã evangélica, combinados com os princípios da liberdade de mercado, sendo assim duplamente fundamentalista. Dividindo a sociedade entre os cristãos e o resto, ou seja, seus inimigos, os neoconservadores incentivam a “cruzada” contra indígenas, quilombolas, gays, lésbicas, religiões afro, sobretudo, pevistas. O nacionalismo propagado reforça a discriminação contra imigrantes e refugiados em defesa de uma identidade cultural, nunca tida no Brasil. Desse modo, abrem uma fenda na Constituição Federal de 1988, que incorporou princípios e normas dos direitos humanos como fundamentos do Estado Democrático de Direitos.

Não obstante, o neoconservadorismo possui uma base de apoio significativa, que extrapola o número de evangélicos no país. Isso porque se utilizam

da moral cristã e conseguem alcançar as massas, respondendo ao senso comum, associando fé com empreendedorismo e consumo. Ou seja, a ideologia cristã evangélica é bem afinada aos ideais da sociedade neoliberal, pois lança sobre o mérito individual a possibilidade de ascensão social. Isso, no entanto, não implica em considerar os pobres como sujeitos que embarcam ingenuamente nessa ideologia político-religiosa, mas trata-se de compreender as estratégias políticas do atual governo, identificando a sua base e seus objetivos no que se refere ao par controle – subjetividade. Neste sentido, o enfoque não é sobre a sociedade em geral, mas sobre o governo e o alcance de uma base suficiente para sustentar as condições de governabilidade, apesar de a política não alcançar o êxito econômico com as reformas realizadas. O desemprego de 12,4 milhões de pessoas, além do alcance da mais alta taxa de informalidade e do acesso precário à saúde, à moradia e à assistência social, não parece ameaçar seu governo. Segundo pesquisa realizada em outubro de 2019, pela XP Investimentos em parceria com o Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe)³, 30% da população apoiam a administração de Jair Bolsonaro, considerando-a boa ou ótima.

Não obstante aos problemas oriundos da extrema direita no poder, as organizações nacionais e internacionais em defesa dos direitos humanos têm reagido. Caso constatado no primeiro ano de mandato deste presidente, que foi denunciado no Relatório Mundial 2020, elaborado pela Organização Não Governamental internacional Human Rights Watch, como um período marcado pela extração ilegal na Amazônia e pela implementação de uma agenda contrária aos direitos humanos.

Considerar que o neoconservadorismo surgiu no contexto do golpe de 2016 é querer se concentrar sobre a serpente, sem perceber como foi feita a nutrição do ovo. Portanto, o conservadorismo é um traço marcante da cultura nacional, que se encontra disseminado na sociedade. Um fenômeno que cresce pela apropriação da moral evangélica e pela cooptação dos católicos, que também legitimam as suas pautas *conservadoras*. Neste contexto, o neoconservadorismo reforça a ideologia do livre mercado, completando o processo de destituição dos direitos sociais e trabalhistas, buscando a redução do gasto do governo pela redução das políticas sociais. Por fim, representa o divórcio da política so-

³ Estado de Minas. Pesquisa aponta que 46% da população esperam governo Bolsonaro Bom ou Ótimo. Disponível em:

<https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/10/15/interna_politica,1092924/46-da-populacao-esperam-governo-bolsonaro-bom-ou-otimo-diz-pesquisa.shtml>.

Acesso em: 2020.

cial embasada pelas normas dos direitos humanos, sendo, portanto, incompatível com a Constituição Cidadã. Assim sendo, ele funciona como um recurso ideológico ao projeto neoliberal, capaz de revestir a direita de uma moral desavergonhada, fazendo avançar seus projetos, reformulando a maquinaria estatal em prol dos capitalistas, inaugurando um novo formato de controle social avesso às normas dos direitos humanos.

Após 31 anos de vigência, os direitos sociais declinam e toda a construção política que vinha, com muita resistência tentando ser implementada, é suprimida. Não apenas por causa do avanço da extrema direita no poder, mas também em razão da pressão do capital contra os mecanismos de vigilância e de controle social adotados nos moldes democráticos, definidos conforme as normas oficiais. Esses estão sob a mira da direita que pretende implementar novas formas de vigilância e de controle social. O resultado é o aumento da repressão contra os movimentos sociais e contra os pobres de um modo geral.

Desse modo, o neoconservadorismo brasileiro é uma força política que emerge em decorrência de um *deficit* de hegemonia da classe dominante, incapaz de implementar as mudanças que os capitalistas julgam necessárias, sem ferir a democracia, sem “rasgar” a Constituição Federal, sem esvaziar a cidadania, sem recorrer a repressão. Ficou evidente que a destruição dos direitos sociais e trabalhistas foi resultado do golpe contra a ex-presidente Dilma Rousseff, assim como a prisão de Lula, que se deu para que a sua provável eleição não se tornasse um empecilho ao capital.

Este processo acabou fortalecendo o movimento neoconservador, que já vinha crescendo na política. No entanto, o conservadorismo é uma marca do autoritarismo da sociedade brasileira, um risco para a classe trabalhadora e a democracia no Brasil.

No atual contexto de crise agravada pela pandemia do coronavírus, as formas de controle e vigilância tendem a se tornar mais rigorosas e antidemocráticas, descortinando o processo que vinha deixando em evidência a correspondência entre as transformações na produção e as mudanças nas formas de controle social. Neste movimento de reformulação das medidas do governo para salvar a economia, novas estratégias vão sendo criadas na tentativa de manter inalteradas as estruturas do modo de acumulação vigente. Com isso, o governo é cobrado de uma gestão mais efetiva, capaz de viabilizar a possibilidade de lucro das empresas e de rendimentos aos investidores, ao mesmo tempo em que deve se mostrar eficaz no exercício do controle sobre a classe trabalhadora.

Referências

LENIN, Vladimir. **O Estado e a Revolução**. Santa Catarina: Clube dos Autores, 2009.

PINTO, Geraldo Augusto. De Demiurgo a Operário: uma Análise Gramsciana do Trabalho sob o Taylorismo/Fordismo. **Si Somos Americanos [online]**, vol.12, n.2 [citado 2020-10-08], pp.133-151, 2012.

CUNHA, Magali do Nascimento. O que se esconde atrás do caso Marco Feliciano da Comissão de Direitos Humanos. Net, mai. 2013. **Seção Artigos**. Disponível em: <<https://leonardoboff.org/2013/05/09/o-que-se-esconde-atras-do-caso-marco-feliciano-da-comissao-de-direitos-humanos/>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

FRANK, Gunder André. **Capitalismo y subdesarrollo em La America Latina**. Chile: Centro de Estudios Miguel Enriqueza – Archivo Chile, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Carcere**. Vol III. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2000.

LEITE, José Correa. O PT e a construção de uma sociedade neoliberal no Brasil. In: LEITE, José Correa et al. (org.) **O eclipse do progressismo: a esquerda latino-americana em debate**. São Paulo: Elefante, 2018.

MANDEL, Ernest. **Teoria Marxista do Estado**. Lisboa: Edições Antídoto, 1977.

_____. **O capitalismo tardio**. São Paulo : Abril Cultural, 1982.

MARIANO, Ricardo et. al. Evangélicos Sanguessugas, Presidenciáveis e Candidatos Gaúchos: a disputa pelo voto dos grupos religiosos. **Debates do NER**. Porto Alegre, ano 7, n. 10, p. 65-78, jul-dez, 2006.

PRANDI, Reginaldo e SANTOS, Renan William dos. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. **Tempo Social. Revista de sociologia da USP**, v. 29, n. 2, p. 187-214, 2017.

QUADRO, Marcos Paulo dos Reis e MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**. Campinas, v. 24, n. 3, p. 486-522, set-dez, 2018..

SIERRA, Vânia Morales. Eclipse da Democracia: o neoconservadorismo no contexto de hegemonia do capital financeiro. In: VICENTE, Debora da Silva Vicente et al.(org). **Políticas Públicas de Educação no Brasil**: reflexões políticas e pedagógicas. Rio de Janeiro: MPRJ, UFF, 2019. p. 20-34.

